

## O FAZER-SE DE TRABALHADORES COMO SEM-TERRA EM SUMARÉ, SÃO PAULO (1980-1997)<sup>1</sup>

A esperança do homem ela é muita  
quando tá vivendo com muitos<sup>2</sup>

Vagner José Moreira<sup>3</sup>

**Resumo:** *Este artigo discute as memórias e as experiências compartilhadas dos trabalhadores sem-terra de Sumaré/SP na luta pela reforma agrária, as suas formas de organização, a violência vivida, as ocupações, os acampamentos e o fazer-se desses trabalhadores como sem-terra.*

**Palavras-chave:** *trabalhadores, campo, cidade, movimentos sociais.*

**Abstract:** *This article discusses the memories and the shared experiences of the landless laborers of Sumaré/SP in the struggle for the agrarian reform, their organization forms, the lived violence, the occupations, the camps and those landless laborers' making.*

**Key-words:** *workers, country, city, social movements.*

A luta pela terra em Sumaré<sup>4</sup>, estado de São Paulo, marca o início dos anos 1980, período histórico relevante em que os movimentos sociais da cidade e do campo em todo o Brasil deslocam paradigmas intelectuais e pressionam para o fim o Regime Militar

<sup>1</sup> Este artigo é parte das discussões do segundo capítulo da dissertação de mestrado, "Trabalhadores na luta pela terra. Campo e cidade: valores, memórias e experiências de trabalhadores rurais sem-terra. Sumaré – 1980/1997", defendida junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, em abril de 1998, sob a orientação de Yara Aun Khoury.

<sup>2</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva, realizada em 16/09/1995.

<sup>3</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: vagnerjmoreira@terra.com.br

<sup>4</sup> Sumaré está localizada no interior do estado de São Paulo e próxima à cidade de Campinas. Na década de 1970, a cidade recebeu milhares de trabalhadores que se deslocaram de vários estados brasileiros, como também do interior do estado de São Paulo. Durante a década de 1980, ocorreu a formação de vários grupos de sem-terra para a luta pela terra. Desses grupos dois conquistaram assentamentos na área rural de

(PAOLI, SADER, TELLES, 1983; FENELON, 1992; ALMEIDA, 2001). Na década de 1980, foram constituídos cinco grupos de trabalhadores sem-terra em Sumaré passando por um período de reuniões de organização, ocupações e acampamentos: dois grupos foram assentados em Sumaré, um grupo em Porto Feliz, um grupo em Promissão e um grupo em Andradina<sup>5</sup>. Na década de 1990, muitos outros grupos de trabalhadores foram organizados pelos sem-terra de Sumaré. Nesse artigo, refiro-me à luta dos dois grupos de trabalhadores assentados na cidade de Sumaré, às formas de organização, à violência, aos acampamentos e ocupações, às negociações, enfim, às experiências compartilhadas na luta pela terra e ao fazer-se desses trabalhadores como sem-terra<sup>6</sup>.

---

Sumaré. A partir dessa conquista, outros grupos de sem-terra se organizaram em Sumaré e ocuparam terras em outras regiões do estado de São Paulo.

<sup>5</sup> A maioria dos trabalhadores assentados em Sumaré são trabalhadores que se deslocaram de vários estados do Nordeste, de Minas Gerais, e chegaram, num primeiro momento, a passar pelo estado de São Paulo, tornando a migrar novamente, indo para Paraná, para depois voltar ao estado de São Paulo. Nos anos de 50 e 60, o Paraná passava por um momento de formação de muitas lavouras de café, proporcionando uma oferta de trabalho maior do que o estado de São Paulo. Outros trabalhadores também migraram do Nordeste para o Espírito Santo e só depois para São Paulo. E, ainda, alguns do interior do estado para a região de Campinas que, na época, já se constituía num dos maiores complexos industriais do Brasil. Na metade da década de 70 e início da década de 80, muitos trabalhadores vieram de outros lugares para a região em busca de trabalho. Isto se deu pela expropriação e expulsão arbitrária do trabalhador rural da terra. Nesse processo, as regiões industrializadas são as mais procuradas pela maior possibilidade idealizada de se conseguir trabalho e garantir a sobrevivência. A região de Campinas, onde a cidade de Sumaré está localizada, recebeu um contingente muito grande de pessoas oriundas do campo que, ao mudar, sonhavam com uma vida melhor do que a da roça. Conforme afirma documento elaborado pela Secretaria Estadual do MST sobre a região: "Os trabalhadores sem-terra em nossa região são trabalhadores rurais que trabalham como meeiros, arrendatários, chacreiros (sic), assalariados permanentes e uma grande porcentagem de assalariados temporários (bóias-fria). Nesse aspecto, o estado de São Paulo é expressivo: 'enquanto o emprego agrícola total cresceu em 128.000 novos postos, os empregos temporários aumentaram em 211.000, tendo sido acompanhados por uma redução de 178.000 da mão-de-obra familiar'. (CEM, Migrações no Brasil, p. 72). Segundo o Centro de Estudos Migratório, esta proletarianização do homem do campo é uma realidade consolidada em São Paulo e uma tendência que se alastra pelo restante do país. Outra grande porcentagem de sem-terra trata-se de trabalhadores expulsos do campo que residem, atualmente, nas periferias da cidade e que, no passado, tiveram suas terras expropriadas pelo latifúndio ou banco financeiro, ou ainda, demitidos do trabalho assalariado nesses últimos dez anos para a implantação dos grandes projetos para a zona rural." (MST/SP, 1987, p. 2).

<sup>6</sup> Em um outro artigo, discuti os valores e as imagens formulados pelos trabalhadores ao longo do processo de deslocamento do campo para a cidade, percebendo aí parte do processo do fazer-se/refazer-se desses sujeitos como sem-terra, Cf. MOREIRA (2005).

Os trabalhadores sem-terra de Sumaré vivenciaram em suas experiências uma relação relevante entre o viver no campo e o viver na cidade. Esses dois grupos, conhecidos como Grupo I e Grupo II de Sumaré, ou, ainda, como Sumaré I e Sumaré II, formaram-se anteriormente à constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Alguns dos trabalhadores assentados participaram do processo de instituição e organização do MST. Cada um desses dois assentamentos possui em torno de vinte e seis famílias assentadas. Hoje, já não são todas as famílias que estão desde as ocupações, pois, com algumas desistências, outras ocuparam os seus lugares. A luta pela terra levou-os a várias ocupações e acampamentos no interior do estado de São Paulo, até se fixarem em definitivo em Sumaré<sup>7</sup>.

A organização e luta desses dois grupos, na região, assinala o seguinte período: Grupo I, 1983/84, e Grupo II, 1984/85. O processo histórico posterior foi marcado por lutas diversas que passam pela luta para que a "população da cidade" superasse as

---

<sup>7</sup> O Grupo I ocupou uma fazenda em Araraquara (Fazenda Tamoio) com doze mil hectares de terras improdutivas e devendo seis milhões de dólares à Caixa Econômica Federal. Os trabalhadores ficaram ali acampados durante 5 dias. Depois, em Araras, ficaram acampados durante 6 dias. Essas terras pertenciam à Ferrovias Paulista S.A. (FEPASA). Foram expulsos dessas duas fazendas, onde a violência e a solidariedade caminharam juntas. Dali, foram obrigados a voltar a Sumaré, mas mantendo uma negociação com o governo, foram, depois de um mês, assentados definitivamente em Sumaré, em terras da FEPASA. Foi estratégia desse grupo não levar mulheres e crianças, pois tinham medo de conflitos e violências, poupando assim suas mulheres e seus filhos. Experiência reavaliada pelo Grupo II. O segundo grupo, motivado pelo sucesso do primeiro, realizou sua primeira ocupação no Horto Florestal da Boa Vista, no município de Sumaré, sendo expulso dali depois de 10 dias de ocupação. O Horto, que pertencia à FEPASA, estava há mais de cinquenta anos abandonado pela empresa e sendo usado por criadores de gado. Só com várias negociações e acampamentos na Secretaria da Agricultura, conquistaram uma área. Entretanto, por dois anos, os trabalhadores ficaram acampados num lote na Vila Padre Anchieta, bairro de Campinas, e trabalhando no Horto da Boa Vista, divisa de Sumaré, onde haviam feito a ocupação, até a área conquistada ser liberada para o assentamento definitivo, Horto de Sumaré, onde hoje se encontram assentados, próximos ao Assentamento I. As experiências de conquista da terra pelo primeiro grupo serviram de estímulo aos outros grupos que foram organizados em Sumaré. Os assentados de Sumaré II co-publicaram uma revista com AGB/SP relatando sua "caminhada" de luta. A revista foi composta por trechos de narrativas orais, nela afirmam: "Foram a partir das experiências do grupo I, que o grupo II iniciou seu trabalho nas reuniões onde a gente discutia os problemas que afligiam a vida da gente, pra lembrar alguns: desemprego, fome, aluguel, opressão, miséria mesmo. Foram nas reuniões da comunidade, junto com todos os companheiros, onde a gente lia e discutia a Bíblia e outros livros de formação, que a gente foi criando consciência da nossa situação, a gente via que outras comunidades já haviam conquistado a terra e a prova mais próxima estava na conquista do grupo I." (MST/SP, 1986, p. 2).

discriminações e preconceitos em relação aos sem-terra ou para que esses se fizessem reconhecer. Para isso, contribuíram várias passeatas e caminhadas e o fato de levarem produtos para comercializá-los na cidade. A organização de vários acampamentos na Secretaria da Agricultura para liberação de verbas para projetos variados, como para a eletrificação dos assentamentos, aquisição de implementos agrícolas, irrigação, plantio, escolas, entre outros. As festas organizadas no assentamento também tinham esse objetivo: quermesses, festa do milho verde na ocasião da colheita, celebrações nas datas significativas para os dois assentamentos (como o dia da ocupação, o dia da conquista da terra). Em todos esses eventos, os “moradores da cidade” eram convidados a comparecer. Hoje, afirmam justamente o contrário do que se afirmava: não são baderneiros, nem bandidos, nem invasores e, sim, trabalhadores, vivendo uma experiência de reforma agrária que está dando certo.

Os trabalhadores sem-terra de Sumaré identificam como relevante para o processo de organização das suas lutas e para firmar certos referenciais comuns à prática de narrar suas próprias histórias e memórias. As diversas celebrações e festas e a prática de narrar as suas memórias ente si mesmos e aos muitos visitantes dos dois assentamentos transformaram estes trabalhadores em narradores orais significativos<sup>8</sup>.

A utopia é algo sempre muito presente na vida desses trabalhadores. Suas narrativas são construídas numa perspectiva da realização de sonhos possíveis. Os assentamentos constituem-se parte da realização desses sonhos. Pois, não foi por isso que lutaram? A angústia, porém, muitas vezes, toma conta de muitos deles ao perceberem a experiência e o resultado da luta que realizaram é insignificante em relação a tudo o que ainda teria que ser transformado. A politização da vida diária tem informado as suas diversas práticas.

A narrativa de João Lourenço<sup>9</sup>, na epígrafe a este artigo, expressa muito bem isto: “a esperança do homem ela é muita

---

<sup>8</sup> Sobre o uso da fonte oral e da problematização da linguagem nessa pesquisa, utilizei PORTELLI (1993; 1996; 1997a; 1997b; 1997c), KHOURY (2001; 2004) e THOMSON (1997; 1998).

<sup>9</sup> O senhor João Lourenço da Silva, assentado no Sumaré I, é uma das principais lideranças na época da organização do grupo I; no momento da entrevista se caracterizou como um trabalhador que se sente desalentado com a política, a política partidária. No período da entrevista, dedicava-se mais à família. Seu João é um belo narrador, emocionan-

quando tá vivendo com muitos”. Evidencia como encontraram saída para os problemas e dificuldades que enfrentavam na cidade, apontando também para o que teriam a fazer para solucionar os problemas vividos hoje. Apesar da dureza que representava a vida na cidade, a esperança não poderia acabar. Esta viria com uma vida em comum, na qual todos estariam juntos, tentando resolver os dilemas que vivenciavam na cidade. Tal solução, para alguns, apresentou-se com o engajamento nas comunidades de bairro.

A participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na cidade de Sumaré constitui-se em aspecto fundamental nas experiências desses trabalhadores na luta pela terra. Contudo, os significados que cada um atribui ao vivido adquirem contornos singulares. “Terra é moradia, terra é salário e terra é vida”, dito por João Lourenço em vários momentos de sua narrativa e também por outros sem-terra; são imagens presentes em suas vidas e a perspectiva formulada tanto para a solução imediata dos problemas vivenciados por eles na cidade nas décadas de 1970 e 1980, quanto para resolver os problemas hodiernos vividos pelos trabalhadores no campo e na cidade.

A participação dos trabalhadores que se tornam sem-terra nas comunidades da Igreja também evidencia tensões que permeiam essas experiências. Para alguns, a participação nas CEBs, por exemplo, foi um dos fatores que os levaram a considerar uma possível luta pela terra. Para João Lourenço e para o Calixto<sup>10</sup>, as reelaborações sobre o papel da Igreja foram fundamentais em suas vidas. A Igreja deixa de ser vista como um espaço apolítico e meramente religioso. A resignação não é mais o viés da salvação, e a terra passa ser vista como um dom de Deus, sendo por isso um direito de todos. Com o deslocamento das imagens sobre o papel

---

se muito quando está falando e tocou meus sentimentos muito de perto. Sua entrevista durou, aproximadamente, cem minutos. Sergipano, veio ainda criança com a família para o estado de São Paulo a fim de trabalhar na roça. Mas logo foi para o estado do Paraná trabalhar em lavouras de café. Sua narrativa tem a marca da experiência vivida na cidade.

<sup>10</sup> João Calixto da Silva, mineiro, assentado no Grupo I, é um sujeito singular entre os assentados que entrevistei. Calixto, como todos o chamam, caracteriza-se por ser muito prestativo e considera a atividade política a mais importante. Sua narrativa durou cento e dez minutos. Quando conversei com Calixto sobre a possibilidade de ele conceder a entrevista, logo se prontificou e, então, marcamos para o outro dia de manhã. Ao chegar a sua casa, não estava, tinha ido tirar leite para dona Luzia, uma outra assentada do Grupo I, e assim pagar o leite que dela recebia. Essas relações são comuns nos assentamentos: pagar com serviço. Uma tradição trazida do tempo da roça.

da Igreja e da propriedade, novas perspectivas de vida são delineadas pelos sem-terra.

As vicissitudes da relação pesquisador/pesquisado foram superadas com as muitas visitas e estadia nos dois assentamentos e a relação de amizade desenvolvida. É fato que para adentrar nos assentamentos e dividir com os trabalhadores parte do tempo de suas vidas foi necessário deixar explícitas minhas perspectivas políticas e intenções de pesquisa. Com João Lourenço passei inúmeras horas acompanhando-o em suas atividades diárias além do período em que fiquei hospedado em sua casa durante uma semana. A interpretação das narrativas orais foi elaborada nessas circunstâncias. Sentimentos diversos e elaboração/reelaboração de valores e imagens permeiam suas narrativas. João Lourenço se expressa assim diante dos procedimentos e atitudes da Igreja:

Saía da missa e ia pra casa, com a mulher e as crianças, segurando suas mãos. E em casa ficava pensando na missa, “no corpo e sangue de Cristo” que só ficava para o padre. Tinha os mendigos, os trabalhadores, que vinha de longe e que estava passando fome. E o padre não falava nada. Aí me decidi não ir mais à missa. Quando desse vontade, iria comungar<sup>11</sup>.

João Lourenço, um homem frustrado pelas experiências na cidade, não se identifica com a liturgia tradicional da Igreja, estando esta distanciada da realidade vivenciada por eles. São coisas simples que levam essas pessoas a buscarem outro tipo de relacionamento com a Igreja. No tempo da roça, como os trabalhadores identificam o período em que viveram no campo antes de se deslocarem para cidade, essa distância não tinha tanta importância, mas o “habitar” na cidade os levam a querer mais do que lhes era oferecido. João Lourenço relata que, na roça, só rezava o Pai Nosso e a Ave Maria com o rosário no pescoço ou no bolso, benzia e ia dormir e, quando muito, ia à missa para se comungar.

No processo de composição das memórias, Calixto enfatiza a convivência da Igreja com a escravidão indígena e negra no Brasil, que tem continuado até hoje, junto aos trabalhadores, para quem a pregação é:

---

<sup>11</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

Você tem que sê desgarrado das coisa da terra, você tem que trabaiá, ocê tem de carregar o fardo mais pesado, que isso aí é o caminho da salvação. Dinheiro é pra quem tem sorte. Dinheiro é pra rico. Dinheiro não é pra pobre. Pra pobre é cachaça e samba, mais é vivê bem não é pra pobre.” Essa era a pregação dos evangélico, essa é a pregação que o pessoal trouxe na Bíblia pra nós. A Bíblia é um livro tão sagrado, mas nesse ponto aí eles acabou os grandes teólogo, as grande teologia acabou enfiando na cabeça daqueles pobre que também num teve escola e só a reza e aí ele vai acreditá no quê?<sup>12</sup>

Calixto, em meio às ambigüidades de sua fala, cultiva uma indignação quanto aos procedimentos de uma parte da Igreja que só propõe a resignação terrestre: que a pobreza e o sofrimento purificam a alma e a elevam ao paraíso. Certa vez acompanhei um grupo de alunos em visita ao assentamento; ele foi o responsável em apresentar e contar a história dos sem-terra. Foi aí que percebi que a história contada aos jovens era muito parecida com a que me havia narrado, pelo menos na sua estrutura geral. Ao narrar sua história, não começa contar de si mesmo e sim construiu uma narrativa contando-me sobre a história do Brasil, sobre a escravidão negra e indígena. Calixto elabora sua narrativa a partir de uma estrutura de sentimentos<sup>13</sup> (WILLIAMS, 1990; WILLIAMS, 1979) marcada pela história compartilhada pelos negros e indígenas no Brasil: uma história de exploração e expropriação. Calixto buscando explicar a existência dos sem-terra nos dias de hoje afirma:

A história de vida da gente é uma..., a história de vida da gente é um retrato de um país que já vem desde década. Porque na verdade

---

<sup>12</sup> Narrativa de João Calixto da Silva realizada em 23/01/1996.

<sup>13</sup> Sobre a noção de estrutura de sentimentos, Raymond Williams está preocupado com as questões do presente e as relações de historicidade dos processos, o caráter ativo da experiência social e das relações sociais. Williams define estruturas de sentimento: “O termo é difícil, mas ‘sentimento’ é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas.” (WILLIAMS, 1979, p. 134).

memo, ainda mais a gente é negro, muitos fala preto, mais eu falo negro, é uma raça negra, entendeu? E eu me admiro, tenho muita honra de sê negro, tenho muita honra de ser brasileiro [...] Tirá os homem da escravidão naquela época tinha de dá uns cinco alqueires de terra pra cada família daquela, cada homem que saía da senzala, ponhá tecnologia, ensiná eles vendê o café, o açúcar, entendeu?<sup>14</sup>

Ser negro e brasileiro, para Calixto, é sinônimo de exploração e dominação. Desde o início, sua história é uma história de exploração. Não adiantou nada a abolição, deixando os negros sem a terra e sem direito à educação, pois isso só os manteve na exclusão. Sendo descendente de negro com índio, diz ser duplamente marginalizado e excluído. É isso que me diz com todas as letras noutro momento de sua narrativa: "Mulato é mula, vem de mula." E para que serve uma mula senão para carregar carga? Mas Calixto articula essa elaboração com um ideal de libertação do "cidadão brasileiro", o Brasil como "uma Pátria igual à Zumbi dos Palmares". O processo de recordação está mediado por esta estrutura de sentimentos: fazer de todo brasileiro um cidadão, que para ele significa, além da reforma agrária, o fim da miséria e da fome, também o fim da discriminação e do racismo. As vivências nas CEBs possibilitaram tal reelaboração do papel da Igreja e do sujeito, juntamente com o João Lourenço, que foi um dos iniciantes das comunidades de base no Jardim Rosolém, em Sumaré. Este último relata que, sentindo-se muito sozinho, começou a se reunir com os companheiros. As primeiras reuniões aconteciam debaixo de uma árvore e, só muito depois, apareceu um padre e rezou uma missa. Esta foi realizada ali debaixo da mesma árvore. Era, porém, muito diferente dos tipos de missas a que estavam acostumados.

Da participação nas CEBs até o início das "reuniões da reforma agrária", o modo como essas reuniões ficaram popularmente conhecidas na região, demandou algum tempo. Após esse início, porém, constituiu-se um grupo específico dentro da comunidade. Nessas reuniões, os trabalhadores discutiam as experiências de cada um, os problemas experimentados na roça e na cidade, tais como: o desemprego, a falta de moradia, o aluguel aviltante, a inflação e a concentração da terra e da riqueza (MOREIRA, 2005). Foi nesse momento que perceberam que eram trabalhadores

<sup>14</sup> Narrativa de João Calixto da Silva realizada em 23/01/1996.

“migrantes” de outros estados. Ainda, as discussões estavam sempre permeadas pelas reflexões da Bíblia, agora vista e utilizada numa perspectiva mais próxima das suas vivências e das suas perspectivas.

O trecho bíblico constantemente utilizado era o Livro do Êxodo<sup>15</sup>, a partir do qual era formulada uma relação entre as suas vivências, como povo retirante, e a imagem da terra, como um dom de Deus:

Aí a gente começô a pensá: “pôxa, mais não existe as leis da Bíblia de não venda de terra, por que a terra é um dom de Deus, tal!” Então, a gente viu isso na Bíblia.<sup>16</sup>

A imagem da terra como um dom de Deus também é uma elaboração de muitos sem-terra nos dois assentamentos em Sumaré. São imagens comuns elaboradas nas comunidades. Contudo, articulam essas imagens à crítica ao capitalismo ou à forma como a sociedade está organizada que exclui a maioria dos trabalhadores das condições mínimas de existência e do poder político. É uma nova consciência, e o seu fazer-se (THOMPSON, 1997; 1989) foi possível a partir das elaborações e reelaborações de valores, princípios e imagens mediadas pela espiritualidade que foi vivenciada nas CEBs<sup>17</sup>.

Significativa do ponto de vista dessas reelaborações quanto ao papel da Igreja e de Deus é a narrativa de Lourenço Tenório<sup>18</sup>:

---

<sup>15</sup> Sobre a utilização da Bíblia, ou o Velho Testamento, para as reflexões sobre o problema da terra dentro das comunidades, Cf. SOUZA e CARAVIAS (1988) e CODINA SJ (1996).

<sup>16</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

<sup>17</sup> Cf. CODINA SJ (1996, p. 28) “A terra não pode ser vendida ou alienada. O povo não é proprietário, mas arrendatário: pode cultivá-la, mas não vendê-la. ‘A terra não poderá ser vendida para sempre, porque a terra me pertence e vocês são para mim imigrantes e hóspedes’ (Lv 25,23) [...] Esta terra é comunitária, é para todo o povo, ninguém pode apropriar-se dela exclusivamente. Se os deuses cananeus eram deuses dos ricos possuidores de latifúndios, o Senhor era dono de toda a terra e de todos os seus habitantes, começando pelos mais pobres. O Senhor não era como Baal, que tinha os ricos como filhos prediletos. O Senhor tomou partido dos sem-terra, contra a exclusividade dos privilégios de uns poucos. Em todos os casos, queria privilegiar o pobre, o órfão, a viúva, o forasteiro sem-terra.”

<sup>18</sup> Lourenço Tenório Bispo, pernambucano, é assentado no Sumaré I. Sua narrativa durou 110 minutos. É uma dessas pessoas que deposita na terra a sua vida. Deixou o Nordeste quando se casou, vindo depois para o estado de São Paulo. Nesse estado

Naquele tempo a gente achava que Deus era Deus que tinha que dá, né. E hoje não. Hoje eu já tô achando que não é Deus que tem que dá, nós tem que brigá pra podê arrumá as coisa e que a gente não fazê uma briga às veis não arruma nada, só arruma com briga<sup>19</sup>.

A experiência vivida e pensada cria e recria valores e perspectivas de classe sobre o vivido levando-os a manter uma outra relação com a sociedade. É a relação entre o ser social e a consciência social problematizada por Thompson (1981) ao discutir a "experiência", o termo ausente em Marx. Agora, não é esperar acontecer e sim fazer acontecer. Só com "briga" que se consegue fazer a reforma agrária e trazer investimentos para o assentamento. Só com a "briga" que há transformação da sociedade. Os modos de viver e de lutar desses trabalhadores estão impregnados por uma concepção da luta de classes na sociedade.

Qualquer mudança ou transformação depende de práticas de luta desenvolvidas na vida diária. Calixto, numa narrativa extensa, contudo significativa para a compreensão do modo como perceberam a mudança das relações da Igreja com os setores populares, o surgimento das CEBs e do PT, o vislumbrar de melhores perspectivas de vida e como começaram a pensar nas possibilidades de voltarem à terra, narra:

Aí a gente começa a trabaíá, trabaíá daqui, trabaíá dali. Um ano depois, chega um padre na comunidade da gente. Gente, mais aí entrô aquele

---

trabalhou em lavouras de café. Afirma Lourenço Tenório que foi juntando dinheiro até que conseguiu comprar uma pequena propriedade no estado do Mato Grosso do Sul. Entretanto, a sua família não se adaptou à região, e logo vendeu o sítio. Estavam todos ficando doentes, pegando malária. Voltou "tocar" café por mais um tempo no estado de São Paulo, onde conseguiu juntar mais dinheiro e comprar novamente uma pequena propriedade, agora próxima à região de Jales/SP. Como foi fiador de um irmão e este não conseguiu saldar a dívida, teve que vender o sítio e vir morar na cidade, em Campinas. Ali comprou uma casa e um bar para trabalhar. Por diversas vezes, tentou vender tudo e comprar um novo sítio, só que dessa vez não conseguiu. Lourenço Tenório sempre cultivou a idéia de retornar ao Nordeste. Numa ocasião, experimentou isto, porém perdeu todo o dinheiro que havia levado para lá e assim resolveu voltar. Na sua entrevista, afirmou não gostar de ficar muito tempo num lugar só, não sabe como já está há tanto tempo no assentamento. Toda a sua vida foi itinerante, mudando-se de um lugar para outro, perdendo nessas mudanças, praticamente, todo o resultado de seu trabalho. Na ocasião da entrevista, tinha 65 anos e, assim, a idade não mais lhe permitia aventurar a vida. A solução, segundo ele, é construir sua vida ali mesmo. Com exceção de Lourenço Tenório, todas as outras vivências tratadas aqui passaram por experiências de trabalho no Paraná.

<sup>19</sup> Narrativa de Lourenço Tenório Bispo realizada em 30/03/1996.

tempo da Comunidade Eclesial de Base, era aquele tempo que o PT, tava começando a formá o Partido dos Trabalhador e aquela alforria tudo né, pra gente podê mudá de rumo esse Brasil, que tá muito ruim o Brasil. E aí vem a CEBs, entendeu? Semente da verdade, semente da libertação. Eu também era saqueiro. Fiz um encontro de casais com Cristo que falou muito da libertação, aí eu comecei a questioná mais, eu ficá carregando saco na cabeça?! Não dá! Entendeu? Deve de aparecê alguma coisa. E o certo tava na comunidade. O folheto de todos os irmão nosso, entendeu? Era um folheto bem aberto que falava da realidade, entendeu? Falava das corrupção, entendeu? Aí já não falava que pra ir pro céu tem que carregá o fardo pesado. Aí já falava o inverso, "ocê pra ir pro céu tem que ser um mensageiro, pregador da verdade". [...] Aí já mudou a versão, mudou a versão e eu gostei, aí eu caí por aí de novo, fiz o encontro de casais. E aí cada dia mais duro e foi aí que a gente começou a trabaiá pra CEBs, em riba da questão de uma melhora de vida, nem sei se era reforma agrária, eu sei que era ir pra terra. A gente devia ir pra terra e plantar a terra, porque a gente já plantou na terra e não passou fome, a gente não passou aperto, a gente tinha lugar onde morar. E aí então esse padre nosso falou assim num dia na comunidade: "Eu tô vendo ocêis tudo triste, entendeu?" "Claro padre, de primeiro a gente ainda comia uma costela de vaca, o negócio tava bom, mas hoje o negócio passou pra zóião e até o zóião tá sumino da marmita, não tá dando mais padre." O padre falou: "Escuta aqui, e se vocês um dia vortasse pra terra." Aí, aí que o bicho pegou, muita gente disse: "Não, eu já sofri demais nas favela, não, eu como zóião, eu fico aqui mesmo, eu já sofri demais, já padeci demais." E aí ele falou, não eu disse: "Eu topo ir." Alguém falô: "Eu topo ir." Aí ele falou: "Não! O negócio é o seguinte, não é topar ir, ocêis vão fazê um círculo bíblico aqui. Na Bíblia ocêis vão vê o que é a terra"<sup>20</sup>.

Os processos de construção da memória estão impregnados de reelaborações das experiências vividas e de atribuição de significados (KHOURY, 2004). Calixto expressa a importância que foram, para sua vida, as mudanças na política de alguns setores da Igreja dimensionando-as para a causa popular. O padre chega à sua comunidade e dá uma nova dinâmica à liturgia, aos encontros, discutindo mais sobre a realidade em que vivem. Naquele momento, ele nem consegue se lembrar se essas já eram "reuniões da reforma agrária" ou não. O que ele sabe é que, naquelas primeiras reuniões, já discutiam a possibilidade de voltar para a terra.

---

<sup>20</sup> Narrativa de João Calixto da Silva realizada em 23/01/1996.

Esse processo está muito próximo daquilo que João Lourenço falou sobre as “reuniões da reforma agrária” que aconteciam nas comunidades, cujas discussões eram elaboradas a partir da Bíblia. Num determinado momento, essas se separaram das reuniões normais da comunidade e começaram a abranger um número maior de pessoas, incluindo de outras religiões. Sobre como houve esta separação, João Lourenço relata que, a partir daí, começou a aproveitar o tempo de folga para dar início a um levantamento das pessoas do bairro que vieram da roça e que estavam com vontade de retornar. Esse levantamento, sempre que podia, fazia no seu trabalho na indústria, pois nessa época, trabalhava na Cobrasma (Companhia Brasileira de Materiais). Aqueles que se mostravam interessados eram convidados para as reuniões onde cada um falava sobre a sua vida e suas experiências do trabalho na roça e, principalmente, sobre algumas experiências de trabalho em mutirão e as explorações a que estavam sujeitos na roça pagando a renda para o patrão, e também sobre o trabalho e as condições de vida na cidade.

A narrativa de Calixto permite vários outros desdobramentos. Em meio àquela vida sofrida na cidade, sem muitas esperanças, chega um padre à comunidade falando sobre como as coisas poderiam ser diferentes. A imagem, antes construída pela Igreja na qual o pobre, se desejasse alcançar o céu, deveria ter uma vida custosa e de resignação aqui na terra, é então questionada. O fardo não precisa ser tão pesado assim. Antes de tudo, deveria ser um militante da verdade. Calixto afirma que, na época, trabalhava de saqueiro, isto é, carregava fardo pesado o dia inteiro. A imagem bíblica é subvertida e assimilada com facilidade por Calixto, que experimentava, diariamente, a dureza de carregar sacarias.

Nas CEBs predomina a Teologia da Libertação (SADER, 1991; CODINA SJ, 1996; SOUZA, CARAVIAS, 1988). A utopia é compartilhada pelos trabalhadores que começam a vislumbrar mudanças no mundo em que vivem. A euforia que o Partido dos Trabalhadores (PT) provoca nesses sujeitos demonstra que a utopia pode ser possível<sup>21</sup>. A utopia tem um conteúdo definido e prático

---

<sup>21</sup> As narrativas orais dos trabalhadores sem-terra de Sumaré foram colhidas em meados da década de 1990, assim, não consideram as possíveis mudanças de perspectivas com relação ao PT após os problemas vividos pelo Governo Lula. Essa questão poderia constituir-se em um enredo possível nas narrativas desses trabalhadores e uma problemática de investigação para o pesquisador.

para esses trabalhadores. Constitui-se no retorno à terra e na transformação da sociedade capitalista para uma sociedade socialista e a emancipação dos trabalhadores. Esta formulação de Calixto em 1996 anuncia muito das suas perspectivas no seu presente e as reflexões que os trabalhadores sem-terra fazem no enfrentamento diário com as políticas públicas para a agricultura familiar e para a reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso. Todavia, também marca as expectativas de transformação da sociedade daqueles trabalhadores no início da década de 1980. Os trabalhadores sem-terra de Sumaré percebiam-se como sujeitos com condições de intervir na realidade em que viviam como também capazes de corroborar para transformar o Brasil (SADER, 1991; PAOLI; SADER; TELLES, 1983). A formação de agentes, de lideranças, adquire um aspecto importante na atuação das comunidades de base. Para esse fim, todos os espaços são aproveitados. Nesse novo sentido, a liturgia foi bastante explorada e desenvolvida uma nova espiritualidade baseada nos modos de viver dos trabalhadores (HALL, 2003), em que a história e a cultura afro-descendente, indígena e gênero, enfim, todas as formas de experimentar a luta de classes compõem as temáticas dos folhetos das celebrações. É dentro desse contexto, que é possível entender Calixto, quando afirma: “mudou a versão, mudou a versão e eu gostei”. Para ele, mudança de imagens na liturgia são muito significativas e alentadoras, com as quais os sem-terra se identificam. O exemplo dessa alteração é o fato de que não precisa mais carregar fardo pesado para ir ao paraíso, mas apenas ser “um pregador da verdade”.

A oralidade e a linguagem no trabalho da memória constituem-se em um outro elemento expressivo da consciência social e de perceber e significar o vivido (PORTELLI, 1997b). Em sua rica narrativa, Calixto já não utiliza mais o termo “roça” quando quer se referir ao trabalho na agricultura e quando este constitui num projeto para sua vida. Agora se refere à “terra” quando esta se constitui em um projeto de luta pela reforma agrária. O tempo da roça está marcado pela exploração, privação e expropriação vivida no trabalho para outrem. O trabalho na terra abre-se como possibilidade de construção de um tempo novo. Esta não é uma elaboração exclusiva de Calixto, mas compartilhada por muitos outros sem-terra de Sumaré. Assim, as narrativas formuladas a partir das pressões da vida diária e da vivência nas CEBs podem ser interpretadas. As

formulações “Terra é moradia, terra é salário e terra é vida”, de João Lourenço e “a gente devia ir pra terra e plantar a terra, porque a gente já plantou na terra e não passou fome, a gente não passou aperto, a gente tinha lugar onde morar”, na formulação de Calixto, informam uma outra temporalidade: a construção histórica da **terra** como um outro tempo, o tempo do assentamento<sup>22</sup>. Tratar de modo diferente o espaço de trabalho, da moradia e da vida na cidade significa a elaboração/reelaboração de valores sobre o viver no campo (roça) e o viver na cidade. A roça já não constitui mais um referencial possível para os sem-terra. A roça está impregnada de experiências de exploração, por mais que afirmem que, nela, nunca tinham passado fome. Na (re)significação da roça, os sem-terra atribuem novos significados a uma outra categoria histórica: a terra. Esta viria a partir da luta e não mais presa às amarras da renda paga ao dono da terra, da meação, ou do trabalho temporário (MARTINS, 1981).

A narrativa de João Lourenço é relevante para compreender a organização dos grupos de trabalhadores sem-terra e da gênese da luta pela terra em Sumaré:

Então eu começava a pensá: mas puxa vida, aonde é que eu estou? Pra onde vou? Desempregado.... Cinco filhos, a mulher esperando outro. Situação difícil. Mas com aquela esperança di, di vivê, um cara de 28, 30 anos de idade tava com toda esperança de vida. Aí eu comecei a pensá comigo mesmo: “Ah, eu vou ter que me uní, fazê alguma, vou me comunicá com alguém. A esperança do homem ela é muita quando tá vivendo em muitos; ela é pouca quando o cara se encontra sozinho.” Então eu comecei a pensar, né? Lá, lá na roça, o meu pai sempre trabalhou com muita terra, com muito plantio, trabalhava com gente. E nós trabalhava em mutirão. Aqueles mutirão me dizia assim: “Será que eu fazê alguma coisa, heim! Convida esse povo pra trabaiá unido, num lugar, num sítio, numa fazenda do governo. Será que isso não é uma saída?”<sup>23</sup>

Os processos sociais de produção da memória densos (KHOURY, 2004), formulados por João Lourenço no diálogo com

<sup>22</sup> Sobre o tempo da terra ou as experiências nos dois assentamentos, suas diversas práticas e os referenciais comuns que compartilham como sem-terra, ver, especialmente, o terceiro capítulo da dissertação, cf. MOREIRA (1998).

<sup>23</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

sua consciência, é expressão de significados da luta dos trabalhadores pela terra. Expressar o que estava pensando na época é um recurso muito utilizado por ele em toda sua narrativa (PORTELLI, 1996; 1997b). Constitui-se um modo de intensificar o fato narrado e afirmá-lo como sujeito ativo do processo histórico. Quando é questionado, por exemplo, sobre a intervenção da Igreja no processo de organização da luta pela terra, ele responde que os trabalhadores rurais se organizaram por eles mesmos, "Sem ninguém. Nós mesmo os trabalhadores. Então isso aí é onde eles se admiraram." João Lourenço interpreta o processo histórico vivido construindo a sua experiência como sujeitos históricos. Esse processo constitui-se no trabalho da memória, em que afirma a construção, pelos próprios dos trabalhadores, de sua experiência de luta, ainda que mediada pela Igreja e por outras forças sociais.

O diálogo com sua própria consciência formulado por João Lourenço destaca outras questões, como a necessidade de ter esperança na vida e na intervenção dos homens, enfatiza o sujeito histórico intervindo na realidade em que vivem. As experiências de trabalho em mutirão são lembradas como uma possibilidade de organização dos trabalhadores. Estes deveriam encontrar algum lugar, um sítio, uma fazenda, ou uma terra do governo para colocá-lo em prática. É interessante o modo como João Lourenço recorda esse momento. Ele ainda está se referindo a um período anterior às "reuniões da terra" ou às "reuniões da reforma agrária" nas comunidades de base. O "mutirão" ganha corpo e é "ele" quem diz para João Lourenço tomar alguma iniciativa, diz que é preciso fazer alguma coisa e que é preciso lutar. Mas ele não está pensando consigo mesmo!? João Lourenço está crescendo em consciência. A narrativa de João Lourenço aponta para o crescimento dessa nova consciência:

Aí a gente começou a refleti diferente. Começô a participá de um pequeno grupo discutindo essa vida que a... nós vivia, de migrantes de outros estados e municípios, se encontrando aqui em São Paulo e a forma di nós, o porquê que a gente tava vivendo aqui, se tornava um pensamento mais longe, né, mais político<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Narrativa de João Lourenço de Silva realizada em 16/09/1995.

Está tratando de forma diferenciada suas experiências vividas na roça e na cidade, na sua própria consciência. Está reelaborando valores. Uma nova consciência rural e urbana, ou afetiva e moral (THOMPSON, 1981), foi forjando-se durante o processo de organização da luta pela terra. Por processos semelhantes vivenciam outros sem-terra. Como é o caso de Calixto, que percebe que o trabalhador não tem que ficar carregando “fardo pesado na cabeça” para ir para o céu, ou para dona Teresa<sup>25</sup> que percebe que o único lugar onde pode salvar sua família é na terra trabalhando e para isso subverteu a “autoridade” do marido. Ou ainda, de Lourenço Tenório, que deixou de acreditar no jargão que diz “é porque Deus quis assim”, e agora pensa que é através da luta que as coisas são alcançadas.

A mediação (MEDEIROS et al., 1994) realizada pelas CEBs na construção de projetos políticos populares e a pressão sobre os trabalhadores é redimensionada à medida que os trabalhadores sem-terra se auto-definem e determinam como sujeitos independentes. Tentando compreender melhor essa circunstância é que tenho feito inferências sobre a relação da Igreja e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) com o MST e as tensões no interior dos grupos de mediação que lutam pela reforma agrária no Brasil. As políticas elaboradas pela Igreja e pela CPT para enfrentar o problema da terra ou pelo modo como encaminham as negociações

---

<sup>25</sup> Dona Teresa Corrêa de Melo, mineira; antes de vir para Sumaré, deslocou-se com a família para o estado do Paraná. Hoje, é uma assentada no Sumaré II. Sua entrevista durou quarenta e cinco minutos. Dona Teresa foi uma das primeiras trabalhadoras que entrevistei. Às vezes, eu ia até a sua casa e ficávamos conversando. Ela contava para mim a sua vida, comentando sobre o assentamento, sem que eu tomasse a atitude de ligar o gravador, o que só fiz tempos depois, quando Ciro, um de seus filhos, chamou a atenção para o fato. Hoje acredito estar mais atento a essas questões. Sua vida é marcada pela experiência que teve no relacionamento conjugal. O marido a proibia de tudo: de sair de casa, de participar nas CEBs ou em alguma outra atividade. No momento da entrevista, com seus 67 anos, ainda encontra força para ir à roça e incentivar os filhos no trabalho e fica indignada com a “moleza” das filhas diante do marido. Preocupa-se muito com a vida do assentamento e dos assentados e, quando estes deixam de fazer aquilo que para dona Teresa seria o certo, fica muitíssimo indignada. Um exemplo disso são seus comentários sobre o que a televisão provoca no relacionamento familiar e com os assentados, afirmando que esta lhe tirar momentos de conversas, discussões e uma organização melhor entre os assentados. Orgulha-se muito de ser sem-terra, reitera isso ao enfatizar o seu endereço quando vai ao médico ou quando tem que dá-lo a alguém. Em vários momentos de sua entrevista, dona Teresa reclama que já está velha, que perdeu muito tempo na vida e, também por isto, sua memória já não é mais a mesma. Modéstia, pois sua narrativa é rica de elementos que utilizei para compreender a relação campo/cidade.

têm esbarrado nas propostas mais contundentes do movimento, como ocupações de fazendas e prédios públicos, ou posicionamentos mais politizados, entre outros. João Lourenço, como muitos outros assentados em Sumaré, assumem as proposições políticas defendidas pelo MST e sua política nacional de “ocupar, resistir e produzir” como estratégia na luta pela reforma agrária durante a década de 1990. A narrativa de João Lourenço evidencia que é através da participação nas comunidades de base que a reforma agrária aparece como uma solução. É nas reuniões semanais da comunidade, em que há a preparação litúrgica da celebração, da catequese, e nos chamados “fé e vida”, que o “pensamento ia mais longe e se tornava político”. Pois era ali que eles discutiam as experiências vividas e pensadas na roça e na cidade, tais como: a migração, o mutirão, o aluguel, o desemprego, a família, a inflação, o governo e a reforma agrária. A narrativa também evidencia as tensões dos trabalhadores ao comporem as suas memórias sobre suas lutas. Os processos sociais de construção das memórias sofrem pressão e indicam, em muitos aspectos, tendências que se apresentam no momento em que a narrativa foi formulada.

Calixto narra também sobre as discussões que ocorreram na comunidade e sobre a organização da luta. A oralidade na narrativa de Calixto é expressiva e significativa:

Aí, depois desse mês bíblico, a gente começou a ver, entendeu? Que ocê ir pra uma terra, terra devoluta, não tá roubando de ninguém, tâmo ocupando uma coisa que os nego roubou de nós, entendeu? E aí o bicho, o trem começou a pegá fogo e aí a gente começou nas praças, a gente desempregado, a gente conversando com um, com outro, aí começa a caminhada de agregá o povo pra partir pra luta da terra! Aí menino, vira daqui, vira dali, e fala com um e fala com outro, aí o que que a gente começou a achá? Mineiro, pernambucano, baiano, nego sem estudá, nego falano a mesma língua que a gente. E aí fomos juntando esse povo, entendeu?<sup>26</sup>

Em tom emocionado, Calixto narra que, com a participação ativa nas CEBs, se tornou possível perceber uma realidade comum vivida entre aqueles que residiam ali no bairro e na cidade. Eram todos trabalhadores que se deslocaram de seus estados e, muitas

---

<sup>26</sup> Narrativa de João Calixto da Silva realizada em 23/01/1996.

vezes, se encontravam desempregados. Ir para as praças e agregar o povo era uma forma de colocar em prática as reflexões elaboradas na comunidade. A junção “fé e vida”, reflexões bíblicas acompanhadas de ações práticas na vida cotidiana, a práxis, era eixo teórico dos folhetos e orientações discutidas nas CEBs.

A maioria dos assentados morou no Jardim Rosolém, em Sumaré. Vaninha<sup>27</sup>, cujo ex-marido não foi para nenhuma das ocupações, mas participava das reuniões na comunidade e em algumas reuniões da terra, descreve como era a vida no bairro:

Nóis morava quase na mema vila, no memo bairro, quase todo mundo morava ali. Porque quando se constrói um bairro, quando você é quase os primeiro a morá, eu vim pra cá em setenta e oito, que quem é rico já vai um lugar já adiantado, mais quem é pobre vai em lugar que tá começando, né? Porque se não tem condições de morá num lugar alto. Então foi assim lá, aquela vila ali era nova. Então que acontece? Tem que í pro lugá que dá, né? E ali todo mundo fica conhecido. Então nós morava quase todo mundo ali. Quase todo mundo ali era vizinho, freqüentava na Igreja, tudo... É... vizinho também, de veis em quando a gente ia, conversava. Outros tava empregado ia pro serviço. Coisa de bairro memo. E a gente foi criado bem dizê todo junto, fica conhecido<sup>28</sup>.

“Coisa de bairro” são os espaços de sociabilidades criados pelos trabalhadores/moradores das periferias das cidades (KOWARICK, 1994), cuja rua, bar, ou Igreja são transformadas em espaços de conversas informais sobre a dureza da vida: a falta de luz e de água; o buraco na rua; o asfalto que não chega; o aluguel que está subindo; o desemprego; ou o governo que nada faz para mudar esta situação; enfim, é neste ambiente em que “todo mundo sabe da vida de todo mundo”, que muitos começam participar das reuniões da terra.

A luta pela terra, organizada por esses sujeitos, sempre esteve marcada pela articulação, solidariedade e pela união desses

<sup>27</sup> Durvalina Rocha, ou Vaninha, como gosta de ser chamada, é assentada no Sumaré I. Sua narrativa durou 45 minutos. Não se envolve muito nas questões de organização do assentamento ou do movimento. Prestou serviços por quase nove anos como cozinheira na escola do assentamento, seu pagamento era feito pela prefeitura. Nasceu na região de Araraquara, interior de São Paulo, onde viveu com a sua família em várias fazendas. Depois de algum tempo, foram para o estado do Paraná tocar café como meeiros. Foi lá que conheceu o Jorge, seu ex-marido.

<sup>28</sup> Narrativa de Durvalina F. Rocha (Vaninha) realizada em 25/01/1996.

trabalhadores sem-terra, e pelos valores trazidos e reelaborados de suas experiências anteriores. As reuniões da reforma agrária, as quais eram realizadas no Jardim Rosolem, foram se tornando conhecidas e abrangendo um número cada vez maior de pessoas, não somente de Sumaré, mas também de outros municípios vizinhos, tais como: Campinas, Valinhos, Americana, Cosmópolis, entre outros. Lourenço Tenório relata que ficou sabendo das reuniões no seu bar, em Campinas, pelas pessoas que ali freqüentavam. João Lima, assentado do Grupo I, morava em Cosmópolis, na época das reuniões, e ficou sabendo delas por intermédio de parentes que moravam em Sumaré. Isso, num primeiro momento, tornou-se um problema para a organização e ocupação, mas, como narra João Lourenço, o problema foi resolvido de modo criativo:

Aí como nós estava fazendo o levantamento, assim pessoas que vai e ou não vai ocupá. Aí que a gente descobriu que, a gente descobriu que tinha pessoas de todas as cidades vizinhas. [...] Por isso que deu assim um povo de todas as cidades. Porque na época o pessoal queria... O policial que queria despejá, ele queria dizê assim: "Dá onde vocês são?" Então nós combinô o seguinte: "Olha, ninguém diga que é de fora, fala que são todos de Sumaré. Se vocês falarem: 'Sô de Valinhos.' Então eles começa a pega um leva pra Valinhos, começa pega outro leva não sei pra onde. Quer dizer, pra cada município leva um grupinho, põem na cadeia e lá o pau quebra." Nós treinô isto daí: ninguém entregasse ninguém<sup>29</sup>.

Para as ocupações foram elaboradas várias estratégias que deram coesão aos grupos e permitiu a resistência para enfrentar os jagunços, a polícia, o governo, ou qualquer que fosse a oposição.

Através das narrativas, percebe-se que, depois das reuniões nas CEBs, num momento anterior às reuniões da terra, quando ainda estavam em pequenos grupos em suas comunidades, não pensavam na ocupação de terra como uma estratégia de luta. Calixto relata que houve muitas tensões para definir a ocupação como forma de luta:

No dia que a gente começou as reunião mesmo pesada tinha 700 pais de família que tudo ia pra terra, que era gostoso ir pra terra... Aí nós ficou sabendo da terra que o furo era mais embaixo.

---

<sup>29</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

Terra tinha, mais tinha de ocupá, pa depois entrá com advocacia e a gente conquistá a terra. Rapaz, quando a gente disse isso, aí pro povo, o pessoal ficou triste, aí muita gente dizia assim: "Mas é pecado entrá numa terra assim, isso aí é roubá." "Não, não." Eu falei aí disseram assim: "Na Bíblia diz isso." E aí eu falei: "Mas onde na Bíblia diz, me mostra adonde, cadê o capítulo?" "Não mais. Deus disse". Eu falei: "Olha companheiro, você tá errado, Deus falá que quando ele tava andando com os apóstolos, ele passou numa roça, tava com muito milho e eles tava com com fome, eles fez um carreirinha de fogo, eles assou milho e comeu, não é pecado porque eles matou a fome, é o pão da terra, nós tem que buscá o pão dos nossos filho." "Não, isso é pecado!" Eu disse: "Bom, quem achá que é pecado sai, quem achá que não é fica." Óia, de 700 pessoa, rapaz, ficou 150 pessoa só!<sup>30</sup>

O diálogo reproduzido é significativo ao mostrar os conflitos de valores sobre o caráter sagrado e de inviolabilidade da propriedade privada, conceitos esses, liberal e hegemônico, que estão impregnados no imaginário popular. O tom expresso na narrativa de Calixto é de tristeza e frustração quando relata o número de pessoas que estavam na reunião, na assembléia, e o número que continuou freqüentando as reuniões seguintes. Se os números estão corretos ou não, não cabe aqui discussão. Significativo na narrativa é perceber a redução no número de pessoas. Outros assentados atribuem à mesma dimensão numérica quando menciona a ocupação como estratégia de luta. Desse ponto, até partir de fato para a ocupação, o número de pessoas nas reuniões decresceu ainda mais: uma média de 50 ocupantes em cada grupo. Da ocupação ao assentamento reduziu-se ainda mais: 26 famílias em cada assentamento. No início da década de 1980, a ocupação e o assentamento como práticas e estratégias na luta pela terra ainda não estavam disseminadas no imaginário popular; esse fato muda posteriormente com a organização do MST e a intensificação da luta pela terra. Após muitas reuniões – há relatos de mais de um ano e meio de reuniões realizadas semanalmente –, os sem-terra dos dois grupos de Sumaré já se haviam definido pela ocupação e pelo acampamento como estratégias de luta para conquistar a terra, porém, mediatizada pela negociação permanente com o governo. As ocupações e os acampamentos serviriam para criar o conflito,

<sup>30</sup> Narrativa de João Calixto da Silva realizada em 23/01/1996.

porém este enfrentamento teria um limite: “a não violência”. João Lourenço narra como foi uma das ocupações, a primeira realizada pelo Grupo I, em Araraquara, na Usina Tamoio:

Houve muita..., muita perseguição, muita perseguição por conta dos cara que vigiava a fazenda. São uns, como diz assim, os fiscais da fazenda, tem os seus jagunços lá. Então, daí conseguiram buscá a polícia da cidade pra fazê o despejo e tudo. A gente resistiu até uma altura. Porque a nossa caminhada que nós fizemo, ela era, ela pregava o rumo do lema da Campanha da Fraternidade: a não, vamos lutá com a não violência. Então caminheмо assim: “Fraternidade sim. Violência não”<sup>31</sup>.

O trabalho da memória é um processo cheio de contradições entre a narrativa dos sujeitos e o fato em si. Certas distâncias são observadas constantemente nas suas narrativas. Isso as torna mais belas e com múltiplas possibilidades de interpretação. Muitas vezes, não somos capazes de aproveitar todos esses espaços. Novamente, João Lourenço destaca o papel mediador das CEBs na ação dos sem-terra e os trabalhadores como protagonistas de suas práticas. Não negam que a vivência nas comunidades traçou o perfil de como seria a luta. Não haveria um confronto, e a resistência iria até o momento em que suas vidas fossem comprometidas, “a gente não queria que ninguém apanhasse, nós resistimo até uma altura.” Isto não quer dizer que não houve violência. Tanto entre os sem-terra do Grupo I como os do Grupo II, são relatadas várias ocorrências de tiros dados em direção aos acampamentos, principalmente à noite, e a presença contínua da polícia, criando assim um clima de terror psicológico. A estratégia do primeiro grupo foi a de levar para as ocupações só os homens, pois previam possibilidades de violência. Já o segundo grupo, reavaliando a estratégia do primeiro, levou também mulheres e crianças.

No caso da Vaninha, sua família ocupou o lugar de uma outra que desistiu, pois a negociação com o Governo havia previsto o assentamento para 26 famílias. A decisão de partir para as ocupações foi narrada pelos sem-terra sempre de forma exaltada, num tom de desafio e de coragem que, para alguns, significou romper com velhas normas e valores. Vaninha relembra muito bem isso:

---

<sup>31</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

Então tem que procurá terra. [...] Agora ficá na cidade pra quê? Sem, eu não estudei, meu marido também não estudô. O que ganha também não é suficiente. Com criança pequena pra se mantê tudo. Não tem como! Mais eu já morei na roça também, desde de solteira foi criada na roça<sup>32</sup>.

Como já foi enfatizado, numa mesma narrativa aparecem as categorias "terra" e "roça" se contrapondo como expressão de temporalidades diferenciadas. A terra é o "novo" a ser encontrado, rico de possibilidades. A roça significa o lugar onde nasceram, foram criados e, devido às várias circunstâncias, tiveram que deixar. Na cidade o sonho não era realizável. "Ficá na cidade pra quê?" se não são qualificados para o trabalho urbano? A ocupação se torna uma necessidade e a expectativa de começar a construir um novo projeto para suas vidas.

João Lourenço, como Calixto, narra as tensões das últimas reuniões em que a pauta era a decisão de sair para a ocupação ou não:

Um número de 180, 200 famílias. Mas na hora da ocupação mesmo, na hora de vê, dizê se vamo ocupá, só foi 52 famílias. 52 famílias. E caminheмо com essas 52 famílias... Aí fizemo planejamento de ocupá a terra<sup>33</sup>.

É angustiante para João Lourenço não terem participado das ocupações todos aqueles que participavam das reuniões. Isto me a leva inferir que, para ele, a presença de um número maior de pessoas nas ocupações teria amenizado o sofrimento e a violência nas duas ocupações que o Grupo I fez, sendo a primeira no município de Araraquara/SP, numa usina de cana, Usina Tamoio, e a segunda, ocupação no município de Araras/SP, área pertencente à FEPASA.

Hoje, muitos dos que participaram daquelas reuniões juntamente com os que fizeram parte do primeiro grupo estão assentados, pois fizeram parte de outros grupos, como é o caso de alguns assentados no Grupo II de Sumaré. Para Totonho<sup>34</sup> é

<sup>32</sup> Narrativa de Durvalina F. Rocha (Vaninha) realizada em 25/01/1996.

<sup>33</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

<sup>34</sup> Antônio de Barros, Totonho, mineiro e assentado do Grupo II, recebe alguma resistência quando promove bailes no terreirão de café, em frente ao bar, que há em sua casa. Isto porque acaba atraindo pessoas da cidade para o assentamento. Fato que

significativo e motivo de orgulho ter sido ele um dos primeiros que, na última reunião, antes de sair para a ocupação realizada pelo Grupo II, levantou as mãos na assembléia e decidiu pela ocupação como a estratégia para criar o conflito e conquistar a terra. Esse fato é lembrado como um ato de coragem, pois, em meio a muitos que participavam das reuniões da reforma agrária, somente alguns se dispuseram a lutar daquele modo pela terra.

Para os trabalhadores sem-terra de Sumaré partir para as ocupações sabendo, ou prevendo, tudo aquilo que poderia acontecer foi um ato de rebeldia e resistência e não significou somente romper com valores de propriedade. Dona Teresa, como todos os sem-terra, além de reelaborar valores sobre a propriedade, teve que enfrentar o marido:

Aí, surgiu esse negócio de sem-terra, de ocupá terra. Falava pra meu marido: "Olha, vamo arrumá uma terra pra nós morá que aqui não dá mais. A gente, essa vida não dá. Ele falo: "Ó, cê ocupa terra! Aonde, aonde cê tem essa terra? Aonde vai ocupá essa terra?" Mas já todo mundo, o Grupo I, que foi o primeiro, né, queria que a gente entrasse

---

para alguns assentados não é considerado como bom. Escolhi Totonho, não pela fluência fácil que a sua narrativa apresenta, por vezes truncada, muito difícil transcrevê-la e até mesmo entendê-la. Foi necessário ouvir várias vezes o registro de sua entrevista. Esta também foi curta: trinta e cinco minutos, no máximo, entremeada por várias paradas, e boa parte da gravação foi feita no seu pomar, enquanto eu o acompanhava para mostrar-me o resultado do seu trabalho. Posso dizer, então, que fui escolhido por ele: sempre se mostrou disponível para conversar comigo; a experiência com o bar também foi decisiva. Por vários motivos, as lembranças do passado para Totonho parecem ter sido doloridas. É um senhor que mora sem a sua família. Acolheu em sua primeira casa, construída no assentamento, um andarilho, que hoje trabalha por dia para vários dali. Comentou muito pouco de sua família. Segundo ele, não quiseram vir morar no assentamento. Mas diz que todos os seus filhos são estudados. Compõe sua memória para amenizar os sofrimentos do passado. Quando morava em Minas Gerais, seus pais eram pequenos proprietários que foram obrigados a vender a terra diante das pressões dos latifundiários, segundo Totonho foram os penúltimos a fazer isso. Vários outros trabalhadores relatam este fato; percebo aí a intenção de mostrar que resistiram diante das pressões dos latifundiários e que só saíram quando não havia mais condições. Depois disso, ficaram vagando pelo estado, trabalhando como meeiros ou arrendatários. Na região de Campinas, Totonho chegou a trabalhar em duas indústrias, mas acabou sendo mandado embora. Depois trabalhou por dois anos como bóia-fria, cortando cana. Assim se caracteriza essa experiência: "Vida dura essa de cortá cana." Lembrar é, para Totonho, recordar fatos que não gostaria de forma alguma, de revivê-los. Senti isso em relação a vários sujeitos. As experiências que Totonho vivenciou quando morava na roça com os seus pais e quando morou no Jardim Rosolém, bairro de Sumaré, foram terríveis: por duas vezes foi assaltado, sendo que em uma das vezes um amigo seu fora baleado.

e ele não entra. Aí, quando foi o segundo, que foi esse aqui, eu peguei e eu memo quis. [...] E eu continuei indo, participei dessa luta um ano e seis mês andando a pé. Vô falá a verdade: tinha dia que eu chegava na reunião, cê conhece o Ângelo? [Afirmei que sim.] Então, aí a gente oiava pro povo na reunião e não enxergava ninguém. Só via aquele marelão no meio da vista de tanto passá fome. Eu passei fome de verdade, di verdade com meus fio<sup>35</sup>.

Dona Teresa, mesmo sendo uma assídua nas reuniões, cruzando, muitas vezes, a cidade de Sumaré inteira a pé, pois não tinha dinheiro para o ônibus, não compareceu à última reunião, a que decidiu sobre a ocupação. Nessa época, diante do drama do aluguel e da moradia (MOREIRA, 2005), sentiu-se pressionada a mudar do Jardim Rosolém para um outro bairro de Sumaré, Matão. A pé levam-se, mais ou menos, duas horas de caminhada. Rememorar as experiências vivenciadas na cidade e transformá-las em palavras para o registro do historiador torna-se um exercício muito doloroso para esses sujeitos. Significa narrar histórias de privações, humilhações vividas na cidade diante das duras condições de vida, seja pela dificuldade de pagar o aluguel ou as péssimas condições de moradia, seja, como no caso da dona Teresa, ver o filho cair na marginalidade. Buscar os significados para essas narrativas permite entender a constituição dessas pessoas como trabalhadores sem-terra e ainda hoje, depois de assentados, manter como referencial comum essa identidade de trabalhadores sem-terra. Na perseverança de esses trabalhadores irem, durante um ano e meio, para outros até mais, às reuniões da terra, posso perceber os significados que essa luta adquiriu em suas vidas<sup>36</sup>. A ocupação para os sem-terra constituiu-se em uma experiência extremada e significativa ao atribuir sentido ao passado de suas vidas: “[...] Quando eu fui ocupá a terra eu não sabia o que eu tava fazendo não, eu queria saí do meu sofrimento!”<sup>37</sup>.

Ela não quer dizer que não sabia os significados de uma ocupação de terra e suas implicações. Há muito tempo dona Teresa participava das reuniões, e isso era plenamente discutido e

<sup>35</sup> Narrativa de Teresa Corrêa de Melo realizada em 11/01/1996.

<sup>36</sup> A problematização sobre os significados para os trabalhadores de manter ainda hoje um referencial de luta e como sem-terra foi discutida no terceiro capítulo da pesquisa, Cf. Moreira (1998).

<sup>37</sup> Narrativa de Teresa Corrêa de Melo realizada em 11/01/1996.

planejado. O que dona Teresa quer dizer é que o sofrimento que estava passando, a fome, a encorajava a ímpetos de luta sem muita reflexão sobre as conseqüências e perigos que essas poderiam representar. Como não participou da última reunião, dona Teresa ficou sabendo o dia e o local praticamente em cima da hora, mas, mesmo assim, conseguiu um dinheiro emprestado e foi para o local combinado. Foi sem avisar ninguém da família:

Aí eu fico pensando assim, que nem às veis acontece em muito lugá, eles atira, eles mata, eles põem fogo. Se tivesse matado, ninguém da minha família não ia sabê. Só ia sabê passasse uns dia. Que ninguém da minha família sabia onde que eu tava. E eu desobedecei memo a ordem, porque se não fizesse isso, Vagner, minha família hoje em dia tava onde?<sup>38</sup>

O processo vivido pelos trabalhadores sem-terra de Sumaré de partir para as ocupações, vivido como ruptura, pressionou à elaboração e reelaboração de diversos valores e normas morais, mas, principalmente, relacionados à propriedade e à família. Para uma senhora de 54 anos, que sempre trabalhou na roça, religiosa, que nunca foi à escola, romper com as amarras de submissão em relação ao marido foi um processo difícil. O casamento é um sacramento inviolável para esses sujeitos que sempre viveram na roça. Basta lembrar que ela considera como *desobediência* o fato de ter deixado o marido e ir à busca da alternativa que encontrou para salvar a sua família e os filhos: a luta pela terra. A luta pela terra no Brasil tem-se caracterizado pelo conflito e pela violência cometida contra aqueles que lutam pela reforma agrária<sup>39</sup>. Em sua narrativa, dona Teresa, além de fazer referência ao enfrentamento militar no processo de ocupação do Grupo II, fala também do massacre de Corumbiara e em Eldorado do Carajás. Nos dias que se seguiram aos massacres, os dois assentamentos ficaram de luto. À entrada de cada um dos assentamentos estava estampada

---

<sup>38</sup> Narrativa de Teresa Corrêa de Melo realizada em 11/01/1996.

<sup>39</sup> O processo de desocupação do Grupo II do Horto da Boa Vista foi caracterizado pelo Oficial de Justiça Odair Ferraz de Campos, encarregado do Mandato de Manutenção de Posse em benefício da FEPASA, como: "*O clima era de muita tensão.*" AUTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE (CERTIDÃO). In: DOSSIÊ Sobre o Assentamento Sumaré II. Sumaré: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Sumaré II, s/d, p. 76.

uma faixa preta. Os trabalhadores sem-terra fizeram também protestos na rodovia, defronte ao Assentamento II, que liga Sumaré a Hortolândia. Nesse dia, bloquearam a rodovia com tratores e implementos agrícolas. A memória sobre o processo de ocupação e a violência vivida adquiriu um tom mais dramático à medida que são narrados também esses massacres de trabalhadores sem-terra. A possibilidade do massacre no processo de ocupação permeia as narrativas desses sujeitos e torna a ocupação uma experiência mais significativa.

Cida<sup>40</sup>, com a voz embargada, narra a violência vivida pelo Grupo II na desocupação do Horto da Boa Vista obrigando-os a acampar, não muito longe dali, num canteiro da Avenida Dom Agnelo Rossi, na Vila Padre Anchieta, em Campinas:

Quando deu três horas, começaram a derrubar mesmo os barracos. Daí não teve mais choro, não adiantou chorar, não adiantou falar nada, que o que tinha de barraco eles foi pondo no chão. Aqueles barracos que nós não desmanchamos eles derrubaram. Aquele que a gente conseguiu ainda tirar devagarinho as madeira, aproveitar as lona, o plástico, pegá o papelão, aproveitar um pouco o plástico pra fazer novamente os barraco lá em cima, mas a maioria desmancharam. Daí eles tacaram aquelas pedra em cima, foram pegando assim os barraco e desmancharam. Eu lembro como fosse hoje, tinha uma criança doente, tinha uma criança com diarreia crônica, que é o menininho da Célia, do seu Dito, lá onde você foi hoje, o Edinho. Aquela criança chegou assim..., a gente pensava que ele não durava três dias, né. Daí a gente foi

---

<sup>40</sup> Maria Aparecida de Jesus Segura, Cida, mineira, é assentada do Grupo II. Quando falei que gostaria de passar uns dias no assentamento, de imediato ofereceu sua casa. Ali passei uma semana convivendo com sua família. Durante essa estadia, ela encaminhou-me às pessoas, para que eu pudesse entrevistá-las, mas sem discriminar ninguém. Entretanto, sempre se mostrava arredia quando eu manifestava a intenção de entrevistá-la. Em outras ocasiões em que estive visitando o Assentamento II, já havíamos marcado uma entrevista, mas, por motivos diversos, ainda não a tinha entrevistado. Durante esse período em sua casa, parecia certo que conseguiria, mas isto aconteceu somente na última noite em que passei no assentamento. Sua narrativa durou 60 minutos. Tem uma história muito parecida com a dos outros já relatadas. Sua família também foi obrigada a vender a pequena propriedade em Minas Gerais e ir aventurar no Paraná. Enquanto a sua família não conseguia uma "colocação" numa fazenda de café, ficaram durante uma semana morando debaixo de uma árvore: a primeira experiência de não ter moradia. Ela, como outros irmãos, depois de algum tempo, veio para a região de Campinas. Ali trabalhou como doméstica e metalúrgica, tendo suas primeiras experiências com sindicato e participando de greves. Participava do grupo de jovens na comunidade de base do Jardim Rosolém. Por quase três anos estudou num convento, mas deixou a vida religiosa.

fazendo barraco melhorzinho pra ele, com uma caminha né, onde ele pudesse não dormir no chão como ele tava dormindo, mas dormir numa caminha um pouquinho melhor e tivesse condições melhor até pra tratar de uma criança doente. Eu lembro como se fosse hoje, a polícia chegou assim e foi desmanchando. Sabe quando pega de um lado do barraco e do outro assim e foi puxando e ficou a cama do menininho certinho no meio assim, do jeitinho que ficava lá? Ficou a caminha do menininho, aquilo me deu uma revolta tão grande, sabe quando você olha assim, você, puxa vida!, aquela era uma esperança de uma criança, né, de sobreviver aquele era, apesar de ser barraco, apesar de ser, como fala? Péssimas condições, olhando assim por ser barraco de papel tudo, mas ali também dava uma esperança, a união de 45 famílias, a luta pela terra, por estar num pedacinho de terra, aquilo era a esperança pra uma criança que num tinha mais nada, estava a caminho da morte<sup>41</sup>.

A frase “lembrar como se fosse hoje” é repetida diversas vezes por Cida quando está se referindo aos sofrimentos e à violência cometida contra eles na luta pela terra. O tom dado à fala, pausas caracterizam a sua indignação diante da ação indiferente da polícia em relação aos significados da experiência em questão: a luta pela terra significa esperança de vida para todos ali, em particular, para a criança doente.

Há dois episódios que são lembrados por muitos trabalhadores que, de certa forma, se constituíram em símbolos da resistência. Um se refere ao primeiro grupo, em que os trabalhadores, ao ocuparem a Fazenda Tamoio, foram pressionados psicologicamente por jagunços para se retirarem da terra ocupada: chegaram com um caminhão pipa, afirmando que estava cheio de ácido a ser jogado nos ocupantes. Em cima do caminhão estava um dos jagunços, com uma arma, apontando-a em direção dos trabalhadores. Haviam chegado algumas pessoas das comunidades de Sumaré e Campinas para dar apoio e, no meio deles, havia um padre tirando fotografias. Quando os jagunços perceberam, correram em direção ao padre e tomaram a câmera fotográfica. Em meio a essa tensão, na qual, pelo que contam, houve também alguns disparos de espingarda, dois trabalhadores saíram correndo e, ironicamente relatado, continuam correndo até os dias de hoje!

O tom de ironia dado às experiências pela maioria dos narradores torna o fato relembado significativo como símbolo da

---

<sup>41</sup> Narrativa de Maria Aparecida de Jesus Segura (Cida) realizada em 11/01/1996.

luta, à medida que valoriza a experiência daqueles que permaneceram firmes na luta diante das pressões sofridas pelos jagunços da fazenda.

O outro episódio se refere ao segundo grupo, quando estava ocupando o Horto da Boa Vista. Após dez dias de ocupação, terminado o prazo dado pela liminar de reintegração de posse, o grupo deveria deixar o local. Chegando a hora predeterminada, já estavam rodeados por uma multidão de policiais que começaram atear fogo e derrubar os barracos construídos. Em meio a várias palavras de ordem gritadas pelos sem-terra, havia uma que nunca será esquecida: "Reforma agrária já. Este país é nosso." Essa frase estava escrita numa das várias faixas que uma das ocupantes, a Cida, pegou e saiu com ela correndo em direção à Tropa de Choque. Esse fato quase desencadeou um confronto direto. Logo depois, saiu do meio dos sem-terra uma menina, Luciana, com um pedaço de pão e o deu a um dos policiais. Os sem-terra relatam que, nesse momento, o soldado chorou, e ficaram sabendo, posteriormente, que esse mesmo soldado havia deixado a Polícia Militar.

Se o policial deixou ou não a polícia é irrelevante. O que é relevante nesse fato é que ele se tornou um marco na história de luta desses trabalhadores rurais sem-terra, sendo lembrado com muita emoção por esses trabalhadores do Grupo II. Tais pessoas, ao lembrarem, ironizando ou dramatizando fatos como esses, buscam sempre valorizar a luta que realizaram e as dificuldades que enfrentaram para conquistar a terra. Na subjetividade (PORTELLI, 1996) de militares, num momento de enfrentamento, os sem-terra vêm a possibilidade de apoio da instituição, ou de alguns militares, para a questão agrária. Nesse sentido, é significativa uma caminhada que o Grupo I fez da fazenda, que fora ocupada por eles, até a cidade, recusando os ônibus oferecidos pela FEPASA, empresa contra quem os trabalhadores estavam em conflito na cidade de Araras. A essa caminhada, segundo os trabalhadores ocupantes, foi juntando-se um número muito grande de pessoas, chegando a quinze mil, até entrarem na cidade. Isso ganhou significação para os sem-terra, à medida que, a partir dali, conseguiram negociar com o Governo e foram assentados, representando a primeira conquista política do grupo. João Lourenço ainda atribui a morte do padre da paróquia de Araras à felicidade que trouxe a ele aquela caminhada:

Nóis era cinqüenta, foi..., cada um que ia sofrendo alguma coisa ia ficando pra trás. [Nesse momento, quando relatava esse trecho, deu uma pequena risada referindo-se aos dois trabalhadores que saíram correndo da Fazenda Tamoio em função dos disparos de espingarda.] I de repente nóis estava em 3, 4 mil pessoas na caminhada, cê olhava tinha gente qui!!! Daí a pouco, tinha 15 mil pessoas dentro de Araras fazendo um cortejo! Morreu um padre... [Aqui sua voz já está embargada.] O padre ficou tão feliz, que parece que ele rebentou um... uma pedra que ele tinha na frente que acabou ele... não demorou muito, o padre ficou tão realizado na região dele, com aquele movimento, que adoeceu, o padre amanheceu morto<sup>42</sup>.

Outros trabalhadores, em suas narrativas, chegaram a comentar sobre a morte do padre e a multidão de pessoas que a caminhada juntou, até a abertura das negociações com o Governo diante do evento, mas não condicionam a morte do padre à felicidade que aquela mobilização lhe proporcionou. João Lourenço, ao rememorar sua história e a história dos sem-terra de Sumaré, significado ao presente e ao passado de sua vida (PORTELLI, 1997a, 1997b; THOMSON, 1997). Ele, um trabalhador sem-terra, que ajudou a organizar essa árdua luta, está hoje assentado numa terra conquistada e nela trabalha. Mantendo a imagem de ser um sem-terra, ainda vê como hegemônico na sociedade um imaginário social pejorativo sobre os seus iguais, considerando-os como baderneiros, marginais, vagabundos e pessoas que não têm o que fazer. Ao afirmar que um padre morreu de felicidade pelo que eles fizeram, dá um sentido positivo à sua vida e nega a imagem negativa que os desqualifica, difundida pelos meios de comunicação.

A memória constituída sobre o processo de negociação com o governo é elaborada numa perspectiva de afirmar o sem-terra como sujeito histórico que têm direitos e é capaz de responder e decidir por si próprio. As experiências dos sem-terra do Grupo I nesse processo de formação da consciência é significativa, pois recusaram a primeira oferta de terra que os representantes do Governo Franco Montoro, governador do período, lhes ofereceram. Essa oferta era uma área no município de Caconde, pertencente à Companhia Energética de São Paulo (CESP), porém impossível de manter qualquer tipo de cultivo. É um lugar de puro morro, onde os trabalhadores afirmam, ironicamente, que não poderiam plantar

---

<sup>42</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

nem melancia, pois esta sairia rolando montanha abaixo! João Lourenço lembrando esse processo, afirma:

Eles impurram nós numa área, deram uma área: "é, esse grupo tem um projeto, esse projeto, isso aí não vai, não vai longe, outros projetos, em outros país tem si um, é uma tecnologia avançada, e ainda a gente vê dificuldade neles tocá o projeto. Então isso daí não vai dar nada. Então vamos dar um pedaço de terra pra eles..."<sup>43</sup>.

João Lourenço constrói uma imagem sobre as intenções do Governo em que o objetivo do governo não era assentá-los num local onde eles pudessem desenvolver-se e fazer o projeto de reforma agrária dar certo. O objetivo seria justamente o contrário: colocá-los numa terra em que qualquer tipo de produção fosse inviável, levando-os ao fracasso e à desmoralização do movimento.

Calixto, sobre o mesmo processo de negociação, não faz tal imagem, porém relata praticamente da mesma forma que o João Lourenço, a existência de um agrônomo que estava substituindo, temporariamente, José Elias da Veiga, o representante do governo no Departamento de Assuntos Fundiários (DAF)<sup>44</sup>. Esse agrônomo substituto sugeriu aos sem-terra a possibilidade deles serem assentados no próprio município de Sumaré, na área em que hoje estão. Calixto, reconstruindo o diálogo com o engenheiro agrônomo, narra:

Aí ele falou assim: "Gente, eu não sou de igreja, nunca entrei dentro duma igreja. Vocês honra essa bandeira petista?" Engenheiro: "Pois vocês vai entrá numa terra em Sumaré, na sua região, um horto aonde que a Usina Santa Bárbara tá plantando cana em riba da FEPASA e aquilo ali não é de ninguém, aquilo foi grilado e eu tenho tudo o mapeamento na mão"<sup>45</sup>.

Identificar, no Governo, pessoas que compartilham com o projeto que defendem é significar positivamente a luta que empreenderam e a possibilidade dos seus projetos e ideais serem

<sup>43</sup> Narrativa de João Lourenço da Silva realizada em 16/09/1995.

<sup>44</sup> Atual Instituto de Assuntos Fundiários (IAF).

<sup>45</sup> Narrativa de João Calixto da Silva realizada em 23/01/1996. Não há referências ao nome desse profissional.

alcançados. Isto pode até parecer contraditório se comparado ao relato anterior do João Lourenço, quanto às intenções do Governo, mas possível, diante da perspectiva elaborada por Alessandro Portelli (1996), em que as experiências de alguns possibilitam avaliar dimensões da problemática de muitos. A luta pela reforma agrária não cessou com a conquista do assentamento. Os modos de viver dos trabalhadores sem-terra de Sumaré está permeado pela luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade (CRUZ, PEIXOTO, KHOURY, 2006). É significativo desse processo o fato de afirmarem ainda hoje como sem-terra. Naquele período da organização da luta pela terra a maioria dos trabalhadores sem-terra de Sumaré militava ou era simpatizante do PT e a ele estava associada essa imagem de luta pela terra. Posteriormente, muitos trabalhadores sem-terra de Sumaré passaram a militar na organização do MST e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os trabalhadores em suas narrativas formulam diferentes modos de compor a memória sobre um mesmo fato vivido – é o movimento da memória na construção das narrativas expressando a diversidade de sujeitos no movimento de luta pela terra (ALMEIDA, 2006). De uma maneira geral, as narrativas de Calixto e de João Lourenço compartilham das mesmas proposições e na forma como recordam suas experiências, mas com diferenças na produção e significação que cada um atribui a sua experiência. A narrativa transcrita na revista publicada pelo MST/SP de Laudionor de Souza, do Grupo II, é expressiva dessa significação. Quando estavam negociando com o Secretário da Agricultura, que, ao invés de oferecer propostas de assentamento em alguma terra, ofereceu emprego na FEPASA:

Eu num sei se vocês estão entendendo a nossa linguagem ou não querem entender, estamos dentro da Secretaria da Agricultura exigindo terra, se a gente quisesse emprego, estaria na Secretaria do Trabalho [...] <sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> MST/SP. **Terra não se ganha, se conquista**. A Caminhada do Movimento dos Sem-terra de Sumaré II. São Paulo, MST/SP / AGB-SP, 1986, p. 9-10. Revista publicada pelos sem-terra do Grupo II e pelo MST, que reproduz trechos de narrativas dos sem-terra do Grupo II. Essa reunião de negociação foi considerada como vitoriosa, em que ficou acordado um Protocolo de Intenções que, dentre outros pontos a Secretaria da Agricultura e a FEPASA apontavam para três possibilidades a serem anunciadas num prazo de dez dias. Estas eram: 1) que a FEPASA romperia o contrato de arrendamento com a Usina de Açúcar de Santa Bárbara (esta área está justamente ao lado da área

Para os sem-terra, o trabalho oferecido significava separar o grupo e desarticular a luta pela terra. Se aceitassem o emprego oferecido, segundo seus próprios dizeres, “teriam dado um passo para frente e dez para trás”, poderiam retornar ao mesmo tipo de vida que estavam vivendo na cidade. Entretanto, estavam determinados a não aceitarem nenhuma proposta que não fosse o assentamento, mesmo correndo o risco de serem denominados de vagabundos, como foram acusados por jornais de Campinas (Correio Popular e o Diário do Povo). Sobre as imagens pejorativas formuladas pela “população da cidade”, dona Teresa expressa assim:

Antão no acampamento foi muito sofrido né... Porque a gente é muito humilhado né... [É?] É, por conta que eles fala: “Ah! isso aí é uma tropa de bandido, isso, é, não qué sabê de trabalhá, só qué mordomia”, falava... Você conhece o [bairro] Padre Anchieta? Cê não conhece, né? [Não cheguei a conhecer] É divisa di onde nós ficô acampado a primeira veis. É divisa de Sumaré e Campinas. As veis a gente ia pra cidade quando voltava de ônibus escutava: “Olha lá onde tá acampado lá os vagabundo, lá não qué sabê de trabaiá, qué sabê de tudo de graça, que tá li né.” Depois que a gente começô a plantá, que plantemo a roça bem bonita cá em baixo, que todo mundo viro lá. Aí eles começaram elogiá<sup>47</sup>.

As imagens comumente construídas sobre os trabalhadores sem-terra sempre os reduzem a uma condição de marginal. Esse imaginário, propositadamente elaborado, é o cerne da política de difamação da luta pela terra, despolitizando as tensões sobre a propriedade com o objetivo de colocar a opinião pública contrária à reforma agrária. Um dos modos encontrados por esses trabalhadores sem-terra de Sumaré para desfazer essa concepção hegemônica foi investir na produção. O Grupo ao qual dona Teresa pertence é o II. Até o assentamento definitivo, ficaram por dois anos acampados na Vila Padre Anchieta produzindo, temporariamente, numa área também da FEPASA, Horto da Boa Vista, para a subsistência. Transformar aquela área (Horto da Boa Vista), que antes da chegada deles estava abandonada e servindo de refúgio, segundo os trabalhadores, para “ladrões” e ponto de venda de drogas, numa área produtiva foi o melhor meio para mudar o conceito sobre eles.

<sup>47</sup> Narrativa de Teresa Corrêa de Melo realizada em 11/01/1996

As experiências vivenciadas por esses trabalhadores na cidade e na terra permitiram-lhes criar e recriar valores para suas vidas, construindo novas imagens de um viver rural e de um viver urbano. A terra, com novos significados, transforma aquele simples trabalhador migrante da roça para a cidade em um sujeito consciente e capaz de lutar pela terra, com compromisso social e histórico: o sem-terra. Os significados atribuídos à terra pelos trabalhadores sem-terra de Sumaré permitem compreender o que é a reforma agrária para eles. A terra repartida dá condições aos sem-terra de resolverem seus problemas imediatos relacionados à família, à moradia, ao trabalho e à segurança. Mas a dimensão da luta na limita-se a isso. Significa também ter subsídios para a produção e a manutenção dos sem-terra nos assentamentos e estender a luta por reforma agrária para todos os trabalhadores rurais sem terra nela trabalhar e viver, bem como indica tendência ou projeto político para os demais trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. "Cada um tem um sonho diferente": histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

\_\_\_\_\_. Política e organização dos trabalhadores frente à "abertura política" no Brasil dos anos 80. In: MACHADO, M. C. T.; PATRIOTA, R. (orgs.) *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

AUTO DE MANUTENÇÃO DE POSSE (CERTIDÃO). In: DOSSIÊ Sobre o Assentamento Sumaré II. Sumaré: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Sumaré II, s/d.

CODINA SJ, V. *Teologia simbólica da terra*. Petrópolis: Vozes/ Comissão Pastoral da Terra, 1996.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R.; KHOURY, Y. A. Introdução. In: MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. (orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

FENELON, D. R. O historiador e a cultura popular: história de classe

ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, jan./jun. 1992.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (SOVIK, L. org.) Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. Narrativas orais na investigação da História Social. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 22, p. 79-103, jun./2001.

KOWARICK, L. (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MST/SP. *Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do movimento dos sem-terra de Sumaré II*. São Paulo: MST/SP – AGB/SP, 1986.

\_\_\_\_\_. Documentação de circulação interna da Secretaria Estadual do MST/SP, 1987.

MEDEIROS, L. S. et. al. (Orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

MOREIRA, V. J. Campo e cidade: experiências de luta pela terra. *Universitas*, Fernandópolis, v. 1, n. 1, p. 81-91, 2005.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores na luta pela terra*. Campo e cidade: valores, memórias e experiências de trabalhadores rurais sem-terra. Sumaré – 1980/1997. 1998. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, vol. 3, nº 6, 1983, pp. 129-149.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 14, p. 7-24, fev./1997a.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 14, p. 25-39, fev./1997b.

\_\_\_\_\_. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 10, p. 41-58, dez./1993.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 14, p. 13-49, abr./1997c.

THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, fev./1998.

\_\_\_\_\_. Reconstituo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr./1997.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. A força dos trabalhadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOUZA, M. B.; CARAVIAS, J. L. *Teologia da terra*. Petrópolis: Vozes, 1988.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Artigo recebido em 04/11/2007 - Artigo aceito em 12/02/2008